

# A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL NA AMÉRICA LATINA

## As implicações da vitaliciedade e os processos de nomeação

### Sumário executivo

Este relatório tem como finalidade examinar algumas das principais formas através das quais os sistemas jurídicos protegem e mantêm a independência judicial, um elemento essencial do estado de direito. Nele são abordadas as jurisdições latino-americanas à luz dos princípios internacionais.

#### A independência judicial

O estado de direito depende da independência judicial em pelo menos três sentidos: a independência efetiva dos magistrados que proferem decisões sem receios nem favorecimento a ninguém, inclusive ao governo; a percepção de independência que dá ao público confiança para encaminhar questões controversas à solução judiciária; e as salvaguardas jurídicas que protegem tanto a percepção de independência como sua real aplicação. Este relatório aborda dois tipos principais de salvaguarda jurídica, as quais referem-se à vitaliciedade e aos processos de nomeação.

#### A vitaliciedade

Desde a criação dos Princípios Básicos sobre a Independência do Judiciário das Nações Unidas (1985), reconhece-se como norma internacional que os magistrados têm direito à “garantia de vitaliciedade” inerente “ao exercício do cargo”. Isso abrange tanto as indicações para mandato por tempo determinado quanto permanentes, mas as críticas internacionais têm aumentado em relação à falta de estabilidade no cargo e conflitos de interesse ensejados pelas indicações para mandato por tempo determinado, especialmente se forem renováveis.

A vitaliciedade judicial na América Latina tem gerado preocupações e reações inovadoras:

- As nomeações permanentes são raras nas mais altas instâncias. Não existem nomeações permanentes para tribunais constitucionais e somente a Argentina, o Brasil e o Chile nomeiam Ministros para o Supremo Tribunal com mandato permanente.
- Uma das reações é permitir a renovação automática das nomeações para o Supremo Tribunal, como na Costa Rica. Outra, mais comum, é adiar ou proibir a renomeação.
- Os juízes de outros tribunais também relatam a insegurança da vitaliciedade como sendo uma das suas preocupações principais. A prática da nomeanomeação de um grande número de juízes temporários ou provisórios tem sido especialmente preocupante, pois isso enfraquece a proteção da vitaliciedade e, conseqüentemente, a independência judicial.

#### Os processos de nomeação

As normas internacionais relativas à nomeação de juízes vêm sofrendo um rápido desenvolvimento. Atualmente, essas normas exigem: critérios detalhados de seleção de promoção baseados em mérito e diversidade judicial; um órgão de nomeação independente, como um conselho judicial que despolitize as nomeações; avaliação rigorosa e justa dos candidatos com relação aos critérios publicados; e transparência para com os futuros candidatos e o público em geral.

Os processos de nomeação judicial variam enormemente na América Latina:

- As indicações para os tribunais de justiça mais altos (Supremo e Constitucional) ainda estão em sua maioria nas mãos de partidos políticos do governo, com algumas salvaguardas.
- Requerer a maioria absoluta extraordinária no Legislativo para a confirmação de candidatos pode ser uma medida eficaz para a redução da influência da política partidária quando combinado com mais transparência, como se vê na Corte Suprema de Justiça da Argentina.
- Alguns conselhos judiciais avaliam os candidatos para a mais alta corte, mas o seu desempenho tem sido criticado em alguns casos, especialmente pela interferência política e falta de transparência, como nos casos da Guatemala e Honduras.
- Atualmente, em muitos países as nomeações para outros tribunais de justiça são feitas por conselhos de justiça. Sua composição varia enormemente, da Costa Rica, onde a Suprema Corte permanece dominante, à

Argentina, onde tem havido inúmeras tentativas de se aumentar o número dos representantes políticos no conselho judicial. Os conselhos judiciais buscam realizar concursos abertos através dos quais os candidatos qualificados possam ser avaliados de acordo com critérios específicos para o cargo de juiz, tendo sido observada uma maior objetividade e transparência em várias jurisdições.

A vitaliciedade judicial e os processos de nomeação são áreas intensamente contestadas em vários estados latino-americanos. Áreas em que inúmeras jurisdições inspiram-se em normas internacionais, como a da continuação do mandato fixo em vez de indicações permanentes e a do papel limitado dos conselhos judiciais na nomeação de juízes sob o critério de antiguidade, têm sido objeto de um escrutínio crescente. Isso representa uma oportunidade para o reexame e o fortalecimento das salvaguardas que fornecem a proteção fundamental para a independência judicial na prática.

Baixar o relatório na íntegra (em inglês): <http://binghamcentre.biicl.org/publications/reports>

<http://www.ariaslaw.com>